

33º EXAME DE SELEÇÃO PARA ESTÁGIO FORENSE

CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS E DISCURSIVAS

ATENÇÃO

1. A prova terá a duração de 3 (três) horas e 30 (trinta) minutos, considerando, inclusive, a marcação do **CARTÃO-RESPOSTA** da prova objetiva e a transcrição das respostas para o **CADERNO DE RESPOSTAS DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**.
2. Quando autorizado o início da prova, confira atentamente este **caderno** que contém 20 (vinte) questões objetivas de múltipla escolha, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C,D), e 03 (três) questões discursivas, distribuídas da seguinte forma:

QUESTÕES OBJETIVAS	
Direito Civil	de 01 a 08
Direito Constitucional	de 09 a 16
Direito Processual Civil	de 17 a 20

QUESTÕES DISCURSIVAS	
1ª	Direito Civil
2ª	Direito Constitucional
3ª	Direito Processual Civil

3. Observe as seguintes recomendações relativas ao **CARTÃO-RESPOSTA**:
 - verifique, no seu **cartão**, o seu nome, o número de inscrição e o número de seu documento de identidade;
 - o **cartão-resposta** será o **único documento válido** para correção eletrônica através de leitura óptica e seu preenchimento e respectiva **assinatura** são de inteira responsabilidade do candidato;
 - a maneira correta de marcação das respostas é cobrir, **fortemente**, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada, para assegurar a perfeita leitura óptica;
4. Observe as seguintes recomendações relativas ao **CADERNO DE RESPOSTAS DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**:
 - considere o **número máximo** de linhas definido para cada questão;
 - será **eliminado** o candidato que inserir seu **nome**, **assinatura**, utilizar *liquid paper* ou qualquer outro sinal, fora ou na área própria para o preenchimento das questões, tornando identificável o **CADERNO DE RESPOSTAS DEFINITIVO**;
 - ao terminar a transcrição para o caderno definitivo, **destaque o canhoto**. Ele é seu comprovante e contém o código criptografado identificador de sua prova.
5. Não haverá substituição parcial ou integral do **CARTÃO-RESPOSTA** ou do **CADERNO DE RESPOSTAS DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, por erro do candidato.
6. O candidato será automaticamente **excluído** do certame se for **surpreendido**:
 - utilizando-se, no decorrer da prova, de qualquer tipo de consulta a material impresso, anotações ou similares, ou em comunicação verbal, escrita, ou gestual, com outro candidato;
 - utilizando-se de aparelhos eletrônicos, tais como: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor/transmissor, gravador, agenda eletrônica, máquina de calcular, máquina fotográfica, relógio digital com receptor;
7. O **telefone celular** deverá permanecer desligado, desde o momento da entrada no local de prova **até a saída do candidato do respectivo local**;
8. **Somente após decorrida 1 (uma) hora do início da prova**, o candidato **poderá** entregar o **CARTÃO-RESPOSTA** devidamente assinado e o **CADERNO DE RESPOSTAS DEFINITIVO** e **retirar-se** do recinto de realização da prova .
9. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados **somente** quando **todos** tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado e tenham sido entregues todos os **CARTÕES-RESPOSTA** e os **CADERNOS DE RESPOSTAS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA**, sendo obrigatório o registro dos seus nomes na ata de aplicação de prova.
10. O **fiscal não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções**.
11. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, no segundo dia útil seguinte ao de realização da prova, estando disponível também, no *site* <http://concursos.rio.rj.gov.br> .

DIREITO CIVIL

- 01.** No que tange ao instituto da prescrição, pode-se afirmar que:
- (A) acarreta a perda de um direito potestativo
 - (B) o prazo geral é de trinta anos
 - (C) os prazos prescricionais podem ser suspensos e interrompidos
 - (D) é sinônimo de decadência
- 02.** A obrigação de solver dívida em dinheiro constitui obrigação:
- (A) de fazer
 - (B) de contribuir
 - (C) alternativa
 - (D) de dar
- 03. NÃO** são bens públicos:
- (A) os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças
 - (B) os das empresas públicas e sociedades de economia mista, tais como edifícios ou terrenos destinados ao seu estabelecimento
 - (C) os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal
 - (D) os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades
- 04.** A incapacidade, para os menores, cessará:
- (A) através de sua expressa manifestação de vontade, devidamente registrada em cartório
 - (B) pela colação de grau em curso de ensino superior
 - (C) pela concessão dos pais, desde que o menor tenha quatorze anos completos
 - (D) pela morte
- 05. NÃO** constitui uma pessoa jurídica:
- (A) o condomínio
 - (B) o partido
 - (C) a organização religiosa
 - (D) a fundação
- 06.** É causa de nulidade do negócio jurídico:
- (A) coação
 - (B) simulação
 - (C) dolo
 - (D) incapacidade relativa do agente
- 07.** Considera-se fortuito interno:
- (A) hipótese de exclusão da responsabilidade subjetiva
 - (B) conduta ilícita do consumidor passível de responsabilização
 - (C) fato ligado aos riscos da atividade desenvolvida pelo fornecedor
 - (D) expressão da vontade internalizada na mente de um contratante
- 08.** Quanto à interpretação dos negócios jurídicos, é correto afirmar que:
- (A) a renúncia interpreta-se restritivamente
 - (B) o silêncio importa anuência, em qualquer caso
 - (C) o instrumento público é da essência de qualquer negócio jurídico
 - (D) o agente incapaz não importa em defeito do negócio

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 09.** A política de desenvolvimento urbano, na forma do art. 182 da Constituição da República, executada pelo Poder Público Municipal, tem como seu instrumento básico:
- (A) a Constituição do Estado ao qual pertença o Município
 - (B) a Lei de Diretrizes Orçamentárias
 - (C) a Lei Orgânica
 - (D) o plano diretor

10. O postulado que determina que os agentes do Estado somente podem praticar atos previamente previstos na legislação é denominado princípio da:
- (A) discricionariedade administrativa
(B) legalidade vinculada
(C) legalidade estrita
(D) pertinência legal
11. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:
- (A) propriedade de veículos automotores
(B) serviços de qualquer natureza
(C) renda e proventos de qualquer natureza
(D) transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos
12. **NÃO** é necessário concurso público para:
- (A) ingresso como empregado público em empresa pública, ante a sua natureza jurídica de direito privado
(B) cargos vitalícios, uma vez que são transmitidos pela sucessão *causa mortis*
(C) contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público
(D) investidura em cargo público, uma vez que integrarão o quadro de servidores estatutários
13. Todos podem se reunir pacificamente em locais públicos, desde que:
- (A) a autoridade competente seja previamente comunicada e não haja outra reunião para o mesmo local
(B) a autoridade local autorize previamente, quando se tratar de manifestação de cunho político
(C) a autoridade competente autorize a reunião, seja qual for a motivação
(D) a autoridade local defina a prioridade quando haja outra reunião para o mesmo local
14. **NÃO** constitui um tributo:
- (A) taxa
(B) contribuição social
(C) contribuição de melhoria
(D) multa

15. A Federação Brasileira é composta por:
- (A) União, Distrito Federal, Estados e Municípios
(B) União, Autarquias, Distrito Federal, Estados e Municípios
(C) União, Distrito Federal, Autarquias e Territórios
(D) União, Estados e Municípios
16. A Emenda à Constituição do Estado que estabeleça que os servidores estaduais admitidos na Administração Pública, sem concurso público, até 31/01/2014, sejam efetivados, pode ser considerada:
- (A) não aplicável por vício de competência
(B) ilegal em face da legislação estadual
(C) inconstitucional em face da Constituição da República
(D) inexistente por contrariar o ordenamento constitucional

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

17. **NÃO** é hipótese de intervenção voluntária de terceiros:
- (A) denunciação da lide
(B) nomeação à autoria
(C) exceção de suspeição
(D) assistência
18. A respeito dos recursos, pode-se afirmar que:
- (A) podem ser interpostos das sentenças, decisões interlocutórias e despachos
(B) os embargos de declaração devem ser opostos no prazo de 10 dias
(C) a ação rescisória é uma espécie de recurso cujo prazo para propositura é de 2 anos
(D) a apelação, como regra, é recebida nos efeitos devolutivo e suspensivo
19. **NÃO** é espécie de resposta do réu:
- (A) a contestação
(B) a exceção de contrato não cumprido
(C) a exceção de incompetência
(D) a reconvenção
20. Quanto ao agravo retido, é correto afirmar que:
- (A) não pode ser oferecido em audiência
(B) é interposto perante o Tribunal *ad quem*
(C) sua interposição não permite a retratação do juiz
(D) seu conhecimento deve ser requerido preliminarmente quando da apelação

